

## A INFÂNCIA A PARTIR DE UM OLHAR SÓCIO-HISTÓRICO

BERNARTT, Roseane Mendes – UTP  
roseanebernartt@ig.com.br

Pesquisar a temática da infância na sociedade contemporânea nos remete inicialmente ao entendimento das diferentes representações que as crianças receberam no decorrer da história da humanidade.

Para compreender o significado atribuído à infância ao longo da história, deve-se ter em mente que as crianças sempre estiveram inseridas no interior de uma formação social determinada, vivenciando de diferentes formas essa fase em função de diferentes significações a elas destinadas. O significado à criança é dado pela representação que o adulto dá à criança em suas relações. Conforme Kuhlmann e Fernandes expressam: “A história da infância seria então a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos, com essa classe de idade, e a história das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e com a sociedade”. (Kuhlmann Jr. e Fernandes, 2004, p.15)

A criança como indivíduo percorreu a história da humanidade recebendo diferentes tratamentos em função das diferentes relações que foram estabelecendo. Segundo Kramer: ‘Crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas contradições das sociedades em que estão inseridas’. Referindo-se à infância como uma categoria social e histórica, a autora afirma: [...] a noção de infância surgiu com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudavam a inserção e o papel social da criança na sua comunidade. (BRASIL,2006,p.14).

Dessa forma, a idéia de infância na atualidade não pode ser desvinculada da história, das diferentes visões em torno da criança que contribuíram para sua condição atual. Ou seja, o conceito de infância tem sido construído historicamente e reflete os valores presentes na sociedade em diferentes períodos.

Poucas são as referências à respeito da infância nos estágios iniciais da civilização humana, as evidências que alguns estudos trazem sobre a mortalidade infantil, oferece indícios sobre a vida das crianças nesse período. A história nos mostra, que na antiguidade a mortalidade infantil era altíssima, em função das condições precárias de sobrevivência ou mesmo por opção, como elucida Paul Veyne ao retratar o nascimento de um romano:

Os recém nascidos só vem ao mundo, ou melhor, só são recebidos na sociedade em virtude de uma decisão do chefe da família; a contracepção, o aborto, o enfeitamento das crianças de nascimento livre e o infanticídio do filho de uma escrava são, portanto práticas usuais e perfeitamente legais. (VEYNE,1994,p.23)

O autor, refere-se ao número de filhos em uma família no Império Romano, reportando-se a um privilégio dirigido às mães com três filhos e aos diferentes métodos de contracepção. Práticas que sofreriam mudanças à medida que se aproxima o final do século II com a moral estoica e cristã.

Nesse sentido, percebe-se no surgimento da Idade Medieval, um aumento significativo no número de filhos gerados. No entanto poucos sobreviviam, pois a mortalidade infantil continuava alta. As crianças que sobreviviam na Idade Média eram afastadas da família logo após o nascimento, sendo criadas por amas de leite, no caso das famílias ricas, ou iniciando no mundo do trabalho muito cedo.

Segundo Ariès, não havia uma percepção de transição da infância para a fase adulta. O autor parte do princípio que essa sociedade percebia as crianças como adultos em menor escala. Conforme descreve :

Na idade media, no inicio dos tempos modernos, e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram considerados capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, poucos anos depois de um desmame tardio – ou seja aproximadamente, ao sete anos de idade. A partir desse momento, ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias. O movimento da vida coletiva arrasava numa mesma torrente as idades e as condições sociais[...] (Ariès,1981,p.275).

Ao tratar da concepção de infância, Ariès afirma que a sociedade medieval ignorava a infância. Ao referir-se à ausência de crianças na arte medieval, seu objeto de estudo, relaciona essa ausência a uma falta de lugar para a infância nesse contexto:

[...] o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia.(ARIÈS,1981,p.156)

Segundo Ariès, (1981,p.10) até o final da Idade Média o termo infância era muito amplo e designava além de crianças e adolescentes, o sentido de dependência. ‘Só se saía da infância ao se sair da dependência, ou, ao menos, dos graus mais baixos de dependência.’ Já para os nobres, nesse mesmo período, o termo infância designava a primeira idade, onde a dependência relacionava-se à incapacidade física. Para Ariès, foi durante o século XVII que a palavra infância assumiu o seu sentido moderno, referindo-se à criança pequena mais frequentemente.

Heywood (2004,p.24), ao conceber a infância como culturalmente construída, questiona as fontes de pesquisa utilizadas por Ariès. Critica a idéia de infância exposta pelo autor, “por seu caráter extremamente centrado no presente.” Em relação às suas afirmações que a arte medieval indicava que não havia lugar para a criança nessa civilização, é questionado por ignorar a complexidade da mediação da realidade pela arte.

O fato é que as crianças existiram em todos os períodos da humanidade, o tratamento e a relação dessas com a sociedade e seus membros é que projeta o conceito de infância em diferentes períodos. Segundo Sarmiento e Pinto foi na Idade Moderna que a infância se constituiu como uma categoria social:

Com efeito, crianças existiram desde sempre, desde o primeiro ser humano, e infância como construção social – a propósito da qual se construiu um conjunto de representações sociais e de crenças e para a qual se estruturaram dispositivos de socialização e controle que a instituíram como categoria social própria – existe desde os séculos XVII e XVIII. (1997,p.13)

Araújo (2007) endossa essa afirmação, atribuindo ao Renascimento a centralidade da criança e da infância. Com o Renascimento, no início da Idade Moderna, o homem adquire centralidade situando o sujeito humano como produtor do seu destino e sobrepondo a razão humana à fé divina. Dessa convicção procede a preocupação com a infância:

Cabia, então, investir na infância e na criança em vista das possibilidades de construção do futuro da humanidade. É nesse sentido que a Modernidade, criança e infância se entrelaçam, de forma que a infância se viabilizaria pela formação humana e a criança seria o alvo de tal construção.(ARAUJO,2007,p.183)

Seguindo esse pensamento, a criança é compreendida como um indivíduo que tem um importante papel para a sociedade, que pode ser formado, enfim, educado. Reconhecida as especificidades da infância, busca-se então desvendá-la e compreendê-la para poder educá-la.

No Brasil, as concepções acerca da infância foram influenciadas por sua colonização, a qual introduzia nesse processo juntamente com a população enviada, seus diferentes hábitos, agora adaptados à nova realidade.

Com a colonização no início do século XVI, o Brasil passava por um processo de povoamento. Junto com os imigrantes vinham seus filhos e outras crianças; órfãos e crianças pobres recrutados pela Coroa Portuguesa.

As crianças imigrantes vivenciavam uma difícil e cruel realidade. Segundo Lopes (2005,p.15), as dificuldades iniciavam-se nas embarcações que traziam estes imigrantes, onde as crianças, uma vez embarcadas, estavam expostas às penosas condições da viagem. As crianças, segundo sua condição social ou proteção, eram submetidas à trabalhos pesados e muitas vezes destinadas a sobreviver em péssimas condições, não resistiam às punições e abusos recebidos.

As diferenças econômicas impunham desde cedo diferentes formas de tratamento às crianças. No Brasil, desde sua colonização essa diferenciação no trato às crianças fica evidentes nas relações das crianças com o trabalho. Estendia-se somente às crianças 'bem-nascidas' o privilégio do distanciamento do trabalho. Entre as crianças cativas o trabalho era uma prática comum. Segundo Florentino e Góes (2000), o trabalho acompanhava os filhos de escravos desde seus primeiros anos de vida como forma de adestramento. Logo que fosse possível lhe atribuíam funções e esses aprendizados refletiam no preço que as crianças escravas atingiam.

Pardal destaca a diferença existente entre os filhos de escravos e as crianças brancas. A criança escrava crescia exercendo funções e atividades que a destinavam e aos doze era vista como adulto, no que se refere ao trabalho e a sexualidade. As crianças brancas, principalmente as ricas, eram entregues às amas de leite logo após o nascimento e após os seis anos, no caso dos meninos, iniciavam o aprendizado do latim e de boas maneiras nos colégios religiosos, em uma preparação para o ingresso no mundo adulto. 'Cabia à criança apenas vencer o desafio de sobreviver, para ser, logo que possível incorporada ao mundo adulto' (PARDAL, 2005, p.56) .

Dessa forma, percebe-se que a construção da concepção de infância, que estava sendo firmada no século XVII, apresentava-se diferentemente conforme a situação econômica da criança.

Com o passar da Modernidade, em função das mudanças estruturais na sociedade, a condição da criança pobre e desvalida foi ficando mais visível, principalmente a partir do século XVIII com o fortalecimento da sociedade industrial.

Nesse contexto aparecem no Brasil as primeiras iniciativas de atendimento à criança abandonada, instalando-se a Rodas dos Expostos nas Santas Casas de Misericórdia. As Rodas tratavam-se de um espaço em que os bebês poderiam ser deixados e entregues à caridade sem que a mãe fosse identificada. Em princípio atendiam as cidades mais desenvolvidas como Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738), Recife (1789) e ainda em São Paulo (1825), já no início do império. Outras rodas menores foram surgindo em outras cidades após este período.

Nesse momento percebe-se também uma discussão à respeito da infância. Mauad (2000), ao retratar o cotidiano das crianças no Brasil oitocentista, refere-se à ratificação da descoberta humanista da especificidade da infância e da adolescência no século XIX, onde os termos 'criança', 'adolescente' e 'menino' passam a constar nos dicionários da década de 1930. Segundo a autora, era a rotina do mundo adulto que ordenava o cotidiano das crianças ao estabelecer os princípios norteadores a serem seguidos.

As condições de vida impostas à maioria da população brasileira no século XIX mostravam-se difíceis, principalmente nas grandes cidades, onde a população assolada pelo desemprego se aglomerava nas periferias em situações inadequadas. Segundo Passetti (2000), 'sobreviver, continuou sendo tarefa difícil para a maioria da população tanto no Império como na República.' As crianças e jovens eram o reflexo dessa realidade, marcadas por abandonos e crueldades, conforme narra o autor: " Viviam carências culturais, psíquicas, sociais e econômicas que se avolumavam e que as impeliam para a criminalidade tornando-se em pouco tempo, delinquentes." (PASSETTI, 2000, p.348)

Com o crescimento das grandes cidades, da industrialização e da pobreza no Brasil, a necessidade do cuidado às crianças ganhava dimensão. As crianças tornaram-se então um problema social do Estado. Assim foi se firmando a convicção da necessidade de políticas e legislações específicas para a infância. Conforme Kramer:

Faltava de maneira geral, interesse da administração pública pelas condições da criança brasileira, principalmente a pobre, e foi com o intuito de diminuir a apatia que dominava as esferas governamentais quanto ao 'problema da criança' que alguns grupos começaram a atuar no início do século XX. (KRAMER, 1991, p.61)

A difícil realidade da maioria das crianças brasileiras e as conseqüências sociais dessa situação, associada às pressões de mecanismos internacionais, impulsionaram ações de atendimentos às crianças e adolescentes por parte do poder público. Dessa forma, as medidas de atendimento às crianças vão tornando-se emergenciais e passam a ser concretizadas no início do século XX.

No Brasil, na década de 40, prosperaram as iniciativas governamentais para o atendimento às crianças, com o aparecimento de programas assistenciais, enfatizando o higienismo, a filantropia e a puericultura. Em 1940 foi criado pelo setor público o Departamento Nacional da Criança, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, o qual centralizou o atendimento às crianças brasileiras. Em 1941, criou-se o Serviço de Assistência a Menores, voltado a atender menores delinquentes e abandonados. No mesmo período surge a LBA, Legião Brasileira de Assistência, criada em 1942 com o objetivo de promover a assistência social, principalmente durante a infância.

Nesse mesmo período, organismos internacionais assumem o papel de definição das políticas assistenciais voltadas à infância nos países subdesenvolvidos. O Fundo das Nações Unidas para a Criança (UNICEF), criado em 1946, inseria-se nas políticas

assistenciais brasileiras atuando através de convênios com as diferentes esferas públicas. Segundo Kramer (1991,p.37), o trabalho que era predominantemente assistencial evoluiu para uma preocupação educacional no atendimento às crianças: “Assim sendo, a UNESCO, através do UNICEF, começa a prestar assessoria aos especialistas de educação pré-escolar de diversos países.”

Em função das determinações internacionais, surge um período de preocupações com a infância e conseqüentemente uma necessidade de estabelecer políticas educacionais adequadas à essas crianças.

Em 1953, foi fundado o Comitê Nacional Brasileiro da OMEP. Os trabalhos da OMEP no Brasil mantinham um caráter filantrópico, demonstrando preocupação com o preparo das pessoas que iriam trabalhar com as crianças e com o aspecto metodológico do processo educativo.

Com a criação em 1975, da Coordenadoria de Educação Pré-Escolar (COEPRE), ligada ao MEC, Ministério da Educação e Cultura, fica caracterizado, através de documentos oficiais, que a educação pré-escolar deve utilizar métodos que atendam a um baixo custo, um grande número de crianças. Kramer (1992) reconhece, ao analisar esses documentos, que existe uma preocupação com a situação da infância brasileira, mas que essa preocupação é revestida de ‘uma visão ingênua do papel e das funções da educação pré-escolar’, vista como solução de todos os problemas sociais.

Nesse sentido, a perspectiva social do atendimento às crianças se estabelece para encobrir as contradições sociais que acabam distinguindo as crianças segundo seu poder econômico. As creches surgem pra “abrigar” crianças pobres, de até 6 anos; enquanto os jardins-de-infância surgem para acolher crianças ricas, acima de 3 anos, garantindo sua educação e seu desenvolvimento.

O ano de 1979 foi proclamado pelas Nações Unidas, o Ano Internacional da Criança. A temática da infância e a sua condição recebe atenção e divulgação. O acesso à educação das crianças também passa a ser alvo de atenção, tanto que é oficialmente criado o Movimento de Luta por Creches.

Em 1988, a Constituição Federal brasileira define o atendimento escolar às crianças menores como direito social : “a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas” (BRASIL,1988). A possibilidade da mudança do caráter assistencial para o educacional das creches e pré-escolas foi de grande importância ao priorizar de forma inédita a educação ao cuidado no atendimento às crianças. Sendo o atendimento das crianças concebido como uma função educativa, abriu-se campo para discussões sobre esse segmento; sua normatização, a necessidade de preparação dos funcionários assistentes em professores especializados e as diretrizes a serem seguidas.

Com a promulgação da Lei das Diretrizes e Bases, a LDB em 1996, a Educação Infantil é regulamentada como primeira etapa da Educação Básica e tem sua finalidade definida:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL,1996.)

As determinações a respeito da Educação Infantil na LDB representaram um avanço, na medida em que retrata a sua importância, mas não caminha para a superação do antigo problema da falta de oferta e qualidade desse ensino.

Com a função de subsidiar a elaboração de políticas públicas e oferecer alternativas curriculares para o segmento, em 1988 é publicado o Referencial Curricular

Nacional para a Educação Infantil, RCNEI. Ainda em 1998, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, CEB, organiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, instituídas em abril de 1999. Segundo a Resolução nº1 do CEB, ficam expressas as diretrizes a serem observadas na organização das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil integrantes dos diversos sistemas de ensino, que orientarão as Instituições de Educação Infantil dos Sistemas Brasileiros de Ensino, na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas. (BRASIL, 1999)

Com a LDB de 1996, a Educação Infantil é regulamentada como primeira etapa da Educação Básica e tem sua finalidade definida:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL,1996.)

As determinações a respeito da Educação Infantil na LDB representaram um avanço, na medida em que retrata a sua importância, mas não caminha para a superação do antigo problema da falta de oferta e qualidade desse ensino.

O Plano Nacional de Educação, PNE, aprovado em 2001 através da Lei 10.172, traz importantes contribuições para a Educação Infantil no que diz respeito à sua ampliação e qualidade. O documento faz um diagnóstico da Educação Infantil e estabelece objetivos e metas a serem cumpridas.

O documento destaca o crescimento desse segmento e justifica essa demanda em decorrência da necessidade da família de uma instituição que se encarregue do cuidado e da educação dos filhos e pelos argumentos científicos acerca do desenvolvimento infantil, argumentos esses citados no texto:

Hoje se sabe que há períodos cruciais no desenvolvimento, durante os quais o ambiente pode influenciar a maneira como o cérebro é ativado para exercer funções em áreas como a matemática, a linguagem, a música. Se essas oportunidades forem perdidas, será muito difícil obter os mesmos resultados mais tarde. Atendê-la com profissionais especializados capazes de fazer a mediação entre o que a criança já conhece e o que pode conhecer significa investir no desenvolvimento humano de forma inusitada. (BRASIL,2001,p.5)

Essa afirmação vem ao encontro da visão de criança como um ser em desenvolvimento, com potencialidades a serem trabalhadas. Demonstra uma compreensão da concreta necessidade da educação para o desenvolvimento infantil, sobrepondo essas razões aos argumentos econômicos, mesmo que a realidade do país ainda determine que a Educação Infantil seja vista como uma necessidade social.

O Plano traz em seus Objetivos a ampliação da oferta de Educação Infantil e tem como meta atender 50% das crianças de zero a três anos e 80% das crianças de quatro e cinco anos até 2010. Entre os objetivos também se incluem a elaboração de padrões mínimos de infra-estrutura para o funcionamento adequado das instituições e o estabelecimento de um Programa Nacional de Formação dos Profissionais dessa atividade.

Referindo-se ao direito das crianças de zero a seis anos à educação, o Ministério da Educação expôs em 2006 a versão final da Política Nacional de Educação Infantil. Visando contribuir para um processo democrático de implementação das políticas públicas para as crianças de 0 a 6 anos, o documento afirma em sua introdução que a negação dos direitos das crianças tem causado sua exclusão social, fazendo-se

necessárias políticas inclusivas de combate a miséria e da consolidação da educação como direito de todas as crianças. Em suas diretrizes, determina a responsabilidade do setor educacional pela educação e pelo cuidado das crianças de zero a seis anos, ressaltando a indissociabilidade destes. .

Neste mesmo ano houve a divulgação dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. A publicação contém referências de qualidade para a Educação Infantil a serem utilizadas pelos sistemas educacionais. O documento expressa a concepção de criança norteadora dos Parâmetros:

A criança é um sujeito social e histórico que está inserido em uma sociedade na qual partilha de uma determinada cultura. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também contribui com ele. (BRASIL,2006,p.14)

Em 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação, PDE. O documento expõe em seus princípios a Educação Infantil, juntamente com o Ensino Médio, como ‘ sustentáculos’ do Ensino Fundamental, e que deles depende seu avanço. Segue justificando a dependência do acesso à Educação Infantil para o desenvolvimento futuro dos educandos e propõe uma visão sistêmica em que educação deve ser concebida de forma unitária, da creche à pós-graduação.

Essas políticas visualizam a educação pré-escolar como solução de problemas educacionais e sociais, conferindo à educação infantil um caráter compensatório.

Apesar da promoção da Educação Infantil estar entre as Metas e Compromissos das políticas educacionais, a realidade brasileira ainda apresenta uma grande defasagem qualitativa e quantitativa desse nível de ensino. O ordenamento legal mais recente, a Lei nº 11.700, sinaliza um suprimento dessa demanda. Publicada em 16 de Junho de 2008 no *Diário Oficial da União*, essa Lei acrescenta a norma ao texto da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O texto cita que a partir de janeiro de 2009, todas as crianças com mais de quatro anos de idade terão o direito a estudar na escola mais próxima de casa.

Além do acesso assegurado, o MEC associa o direito de uma escola digna para garantia de uma vida digna:

As crianças tem o direito de estar numa escola estruturada de acordo com uma das muitas possibilidades de organização curricular que favoreçam a sua inserção crítica na cultura. Elas tem direito a condições oferecidas pelo Estado e pela sociedade que garantam o atendimento de suas necessidades básicas em outras esferas da vida econômica e social, favorecendo mais que uma escola digna, uma vida digna’. (BRASIL,2006,p.21).

Em relação ao aspecto qualitativo do atendimento oferecido pelas instituições de Educação Infantil, o Ministério da Educação, elaborou em maio de 2009, o caderno ‘Indicadores da Qualidade na Educação Infantil’. O caderno foi elaborado pelo MEC em conjunto com a UNICEF e com a colaboração de diversos grupos em todo país.

A publicação trata-se de um instrumento de auto-avaliação da qualidade das instituições de educação infantil e objetiva contribuir para uma reflexão sobre o tema nas instituições e incentivar as escolas a ter compromisso com a qualidade através do processo de auto-avaliação. O documento oferece os fundamentos da educação infantil e um roteiro de como professores, diretores, servidores das escolas e a comunidade devem proceder nesse processo, o qual é voluntário. O MEC justifica a utilização dos indicadores:

Compreendendo seus pontos fortes e fracos, a instituição de educação infantil pode intervir para melhorar sua qualidade, de acordo com suas condições, definindo suas prioridades e traçando um caminho a seguir na construção de um trabalho pedagógico e social significativo. (BRASIL, 2009, p.15)

Pode-se constatar que as legislações que contemplam a proteção da infância evoluíram de forma significativa nas últimas décadas. Essa evolução pode ser comprovada por algumas das iniciativas políticas aqui expostas, mas mostra-se insuficiente para superar o histórico de descaso e abandono que construíram o panorama atual de desigualdades de condições das crianças no Brasil.

Infelizmente, na sociedade brasileira ter direitos expressos em legislações não é garantia de execução. Mais do que direitos, as crianças brasileiras precisam da efetivação desses, com a definição clara dos responsáveis pela garantia dos direitos já assegurados.

O poder público deveria conceber a educação como mecanismo de superação das desigualdades sociais. A educação tem o grande poder de proporcionar às crianças oportunidades iguais independentemente de suas condições sociais. Para isso, o acesso à educação, a qualidade e a finalidade dessa precisam ser vistos como prioritários.

Além da grande defasagem de vagas, a educação das crianças brasileiras atendidas na rede pública ainda revela uma forte característica assistencial. A predominância da assistência fica visível no cotidiano das instituições e nas concepções de infância e educação expressas na atuação dos profissionais desse segmento.

Mais do que assistência nossas crianças precisam de educação de qualidade. Só então poderemos conceber uma nova realidade para a infância brasileira e fazer uso da expressão: crianças cidadãs.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J.C.S (Org.). *A infância na modernidade: entre a educação e o trabalho*. Uberlândia :EDUFU,2007.

ARIÈS, P. *História social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BAZÍLIO, L.C. KRAMER,S. *Infância, Educação e Direitos Humanos*. 3.ed.São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. *Constituição Brasileira da República*. 1988. Disponível em : <http://www6.senado.gov.br/legislacao>.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação . PNE / Ministério da Educação*. . Brasília : Inep, 2001. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/legislacao>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Política Nacionais de Educação Infantil*. Brasília,2006.

BRASIL.*Indicadores da Qualidade na Educação Infantil / Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009*



FLRENTINO,M; GÓES,J. *Crianças escravas, crianças dos escravos*. In: DEL PRIORE,M. (Org.). *História das Crianças no Brasil*. 2.ed. São Paulo : Contexto,2000.

GONDRA, J.G. *Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem*. Cadernos CEDES, Campinas, v.23, n.59, Abril. 2003. Disponível em : [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_S0101-32622003000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_S0101-32622003000100003)

HEYWOOD, C. *Uma História da Infância :Da Idade Média à época contemporânea no Ocidente*.Porto Alegre: Artmed, 2004.

KRAMER,S. (Org.). *Com a Pré-escola nas mãos :Uma alternativa curricular para a Educação Infantil*. São Paulo : Editora Ática, 1991.

KRAMER,S. *Política do Pré-escolar no Brasil : a arte do disfarce*. São Paulo : Cortez, 1992.

KUHLMANN JR., M., FERNANDES, R. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, L. M.(Org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.15-33.

LOPES, J.J.M. *Grumetes, pajens, órfãs do rei... e outras crianças migrantes*. In: VASCONCELLOS,V. *Educação da Infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MAUAD, A.M. *A vida das crianças de elite durante o Império*. In:DEL PRIORE,M. (Org.). *História das Crianças no Brasil*. 2.ed. São Paulo : Contexto,2000.

PARDAL,M. *O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista*. In: VASCONCELLOS,V. *Educação da Infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PASSETTI, E. *Crianças carentes e políticas públicas*. In: DEL PRIORE (Org.). *História das Crianças no Brasil*. 2.ed. São Paulo : Contexto,2000.

ROSEMBERG,F. *Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil*. Cadernos de Pesquisa nº 115. São Paulo,Mar. 2002. ISSN 0100-1574.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. **As crianças e a infância: definindo**

**conceitos, delimitando o campo**. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto.

*As crianças contextos e identidades*. Braga: Centro de Estudos da Criança, 1997.

VEYNE,P. *O Império Romano*. In: ARIÈS & DUBY. *Historia da Vida Privada*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.vol.1.

